

Código de Conduta do Movimento Bem Maior

ÍNDICE

Capítulo I – Introdução e Objetivo

Capítulo II - Regras Gerais

- Seção I - Compromisso com a Comunidade e o Meio Ambiente
- Seção II - Ambiente de Trabalho

Capítulo III - Conduta dos Prestadores e Colaboradores

- Seção I - Valores e Conduta
- Seção II - Tolerância Zero
- Seção III - Instalações e Propriedade Intelectual
- Seção IV - Uso de Inteligência Artificial
- Seção V - Envolvimento Político
- Seção VI - Confidencialidade

Capítulo IV - Conflito de Interesses e Partes Relacionadas

Capítulo V - Aplicação e Monitoramento do Código

Artigo 1º. O Movimento Bem Maior (“MBM”) é uma organização social que reúne investidores, organizações sociais e uma rede de parceiros que têm o objetivo de construir colaborativamente um Brasil com mais equidade e dignidade para todos. Por meio da filantropia estratégica, o MBM mobiliza recursos financeiros e investe em ideias, projetos e iniciativas que multiplicam o impacto positivo e impulsionam o desenvolvimento sustentável do País.

Artigo 2º. O Código de Conduta MBM tem como objetivo definir os princípios e normas que devem orientar as ações e comportamentos dos colaboradores, parceiros, membros dos órgãos de administração, associados e demais públicos de interesse da organização, aqui referidos apenas como colaboradores e parceiros. Este código reflete nossos valores, missão e visão, promovendo um ambiente de trabalho ético, transparente e comprometido com a justiça social.

Parágrafo primeiro. Além da conformidade com os valores e princípios do MBM, o presente código visa também promover a conformidade com as seguintes leis: (i) Lei n.º 12.846/2013 (Lei Brasileira Anticorrupção), juntamente com o Decreto nº 11.129/2022; (ii) Lei n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); (iii) Lei n.º 8.249/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e Lei n.º 13.019/2014 (Marco Regulatório das organizações da Sociedade Civil); (iv) Lei n.º 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro); (v) Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais – LGPD); e (vi) demais aplicáveis às atividades do MBM.

Parágrafo segundo. É dever dos colaboradores do MBM e terceiros observar e respeitar a legislação e/ou regulamentos aplicáveis às atividades que desenvolvem, o que inclui os princípios e os valores do MBM, as normas determinadas nesse código e a legislação brasileira.

Capítulo II – Regras Gerais

Seção I – Compromisso com a Comunidade e o Meio Ambiente

Artigo 3º. O MBM desempenhará suas atividades de maneira socialmente responsável, no melhor de seus esforços, visando sempre o progresso, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das comunidades e indivíduos, além de promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social de forma positiva.

Parágrafo único. O MBM se compromete a respeitar o meio ambiente, adotando práticas sustentáveis e ecologicamente corretas em todas as suas ações. Todos os membros e parceiros do MBM devem assegurar que este compromisso seja mantido em todas as suas decisões e práticas, buscando continuamente soluções mais sustentáveis e responsáveis.

Seção II – Ambiente de Trabalho

Artigo 4º. O MBM incentiva a transformação e construção de um ambiente justo, equilibrado e equitativo, por isso se compromete a promover a diversidade e a inclusão em todas as suas atividades e relações, principalmente no ambiente de trabalho, acreditando que a diversidade de experiências, perspectivas e identidades fortalece nossa organização e contribui para um impacto social mais significativo. Trabalhamos continuamente para criar um ambiente de trabalho inclusivo, onde todas as pessoas se sintam acolhidas, seguras e apoiadas para serem autênticas e contribuírem plenamente, garantindo que diferentes vozes sejam ouvidas e consideradas. Ao abraçar a diversidade, fortalecemos nossa capacidade de gerar mudanças positivas e duradouras na sociedade.

Parágrafo único. O MBM compromete-se a proporcionar aos seus colaboradores um espaço de trabalho seguro e saudável. Os colaboradores devem cooperar na manutenção da segurança no trabalho, cumprindo todas as normas pertinentes ao tema.

Artigo 5º. O MBM repudia veementemente práticas que envolvam a exploração de mão-de-obra infantil, mão-de-obra escrava ou análoga, e trabalho vil. Por isso, estabelece e mantém relacionamentos apenas com colaboradores, fornecedores, financiadores e parceiros que demonstrem conformidade com as normas trabalhistas vigentes e práticas éticas reconhecidas. Caso chegue ao nosso conhecimento evidência de violação dessas práticas, caberá ao Conselho de Conduta investigar e tomar as medidas adequadas.

Seção III – Manutenção da Imagem e Reputação

Artigo 6º. A reputação e a credibilidade são ativos do MBM e é dever de todos os colaboradores e parceiros preservá-los, por isso é vedada a manifestação em nome do MBM em qualquer plataforma, incluindo redes sociais, a menos que possuam autorização específica devido à função que ocupam. Ao mencionar o MBM ou suas atividades em declarações públicas ou postagens nas redes sociais, os colaboradores devem agir de maneira construtiva e respeitosa, evitando a disseminação de informações falsas, manifestações de ódio e outros comportamentos que ultrapassem o exercício responsável do direito à liberdade de expressão.

Capítulo III – Conduta dos Prestadores e Colaboradores

Seção I – Valores e conduta

Artigo 7º. A conduta dos prestadores e colaboradores deve estar alinhadas com os valores do MBM, sendo:

- i. Agir com Coragem: acreditar firmemente que podemos ser melhores a cada dia, enfrentar desafios com uma visão positiva e colaborativa e criar agendas positivas que beneficiam a sociedade.
- ii. Praticar a Adaptabilidade: estar sempre pronto para aprender e incorporar novos conceitos, adaptar as ações aos contextos e desafios em constante evolução e ajustar as abordagens para alcançar resultados significativos.
- iii. Aplicar o Equilíbrio: construir relacionamentos com base na transparência e alinhamento de expectativas, buscar resultados sem comprometer os princípios do MBM ou causar danos e valorizar a harmonia nas relações, garantindo equidade e respeito.
- iv. Garantir o Respeito: reconhecer e celebrar as diferenças que fortalecem, valorizar dados, causas e escolhas individuais, de forma a promover um ambiente inclusivo e assegurar que todas as ações sejam qualificadas e baseadas no respeito mútuo.
- v. Transparência nas Relações: ouvir e aprender com nossos parceiros, financiadores e colegas, valorizar diferentes pontos de vista e os incorporar no trabalho, atuar com humildade.
- vi. Compromisso com as Pessoas: colocar as pessoas em primeiro lugar, comprometimento com escolhas e ações, sempre guiado pela intencionalidade.
- vii. Afeto e cuidado: promover um ambiente de trabalho baseado no afeto e no cuidado com todos os envolvidos.

Artigo 8º. Os prestadores e colaboradores deverão observar também as seguintes diretrizes e normas de conduta:

- i. Promover um ambiente de trabalho respeitoso e harmonioso, livre de boatos e críticas que possam constranger colegas e prejudicar a reputação dos funcionários do MBM e seus associados.
- ii. Atuar de forma responsável e em conformidade com as responsabilidades atribuídas às suas funções.
- iii. Compartilhar esforços e conhecimentos para alcançar os objetivos do MBM, promovendo ações colaborativas.
- iv. Manifestar-se de maneira justa e baseada em fatos sobre comportamentos profissionais que não estejam alinhados com os princípios do MBM.
- v. Respeitar a diversidade e as opiniões diferentes, trabalhando de maneira construtiva para resolver conflitos.
- vi. Garantir a confidencialidade das informações pessoais, protegendo os dados de membros, colaboradores e quaisquer outras pessoas sob a tutela do MBM.
- vii. Proteger o patrimônio e os recursos materiais do MBM, zelando pelo seu uso adequado.
- viii. Evitar atividades profissionais que possam interferir ou prejudicar as operações do MBM, incluindo o uso das instalações para interesses pessoais ou comerciais.

Seção II – Tolerância Zero.

Artigo 9º. O MBM não tolera os seguintes comportamentos por parte de seus parceiros e colaboradores:

- i. Violência ou ameaça, definida como qualquer ação, comportamento ou atitude que cause ou tenha o potencial de causar dano físico, emocional, psicológico, verbal, sexual ou econômico a outra pessoa. Isso inclui agressões físicas, ameaças, intimidações, humilhações, assédio sexual, controle financeiro e qualquer forma de discriminação ou exclusão.
- ii. Linguagem discriminatória, pejorativa ou ofensiva, bem como contato físico ou importunação, incluindo piadas ofensivas e toques não consentidos.
- iii. Oferecimento, promessa ou transferência de qualquer valor, comissão, presente ou vantagem direta ou indiretamente, a terceiros, principalmente agentes públicos, para obter vantagens indevidas a si próprio ou ao MBM.
- iv. Interferência e/ou obstrução às fiscalizações públicas ou manipulação e fraude de contratos e processos de licitação.
- v. Direcionamento dos recursos do MBM para fins ilícitos ou para o financiamento de atividades partidárias.
- vi. O porte ou consumo de drogas ilícitas no ambiente de trabalho é estritamente proibido.
- vii. O consumo moderado de álcool em ambiente de trabalho é permitido exclusivamente em eventos sociais em que estão como convidados, visando garantir um ambiente profissional e zelar pela reputação da organização que representa.

Seção III - Instalações e Propriedade Intelectual

Artigo 10. Os colaboradores devem zelar pelas instalações, equipamentos, máquinas, sistemas, documentos e materiais de propriedade do MBM, sendo proibido seu uso para fins contrários aos princípios e valores estabelecidos neste Código.

Artigo 11. É proibido o uso ou reprodução externa, parcial ou total, de materiais do MBM indicados como confidenciais ou restritos, assim como a referência à marca e sinais da organização, de qualquer forma e para qualquer propósito, sem prévia e expressa autorização. Todos os anúncios, notícias e comunicados externos do MBM, assim como as atividades relacionadas, devem ser submetidos à aprovação prévia e expressa da Diretoria Executiva, incluindo materiais promocionais ou de marketing.

Parágrafo único. Todos os logotipos, marcas e direitos utilizados pelo MBM devem ser usados conforme orientações específicas do Manual de Marca: [MBM_Manual_Marca_Institucional](#).

Seção IV - Uso de Inteligência Artificial

Artigo 12. O MBM adota os princípios de desenvolvimento responsável da inteligência artificial (“IA”), comprometendo-se a utilizar tecnologias de IA de maneira ética, transparente e responsável. Dessa forma, os colaboradores do MBM devem seguir às seguintes diretrizes:

- i. Utilizar as tecnologias de IA para melhorar as condições de vida, saúde e trabalho, promovendo inovação responsável de forma a atender desafios sociais, sem causar danos ou desconforto indevido aos indivíduos.
- ii. Garantir a confidencialidade e o controle dos dados pessoais no uso dos sistemas de IA.
- iii. Assegurar que o uso da IA não crie, reforce ou reproduza discriminação baseada em diferenças sociais, sexuais, étnicas, culturais e religiosas. A IA deve contribuir para a eliminação de desigualdades e promover a inclusão.
- iv. Promover a inovação responsável, incentivando o uso de soluções de IA que atendam a desafios sociais e ambientais significativos.

Seção V - Envolvimento Político

Artigo 13. Os colaboradores e parceiros devem garantir que o MBM mantenha sua neutralidade política, sendo vedado o uso de recursos, espaços e da imagem do MBM para promover interesses político-partidários pessoais de qualquer indivíduo.

Parágrafo 1º. O MBM reconhece o direito individual dos colaboradores e parceiros de se envolverem em atividades cívicas e processos políticos, desde que essa participação ocorra fora do horário de trabalho e por conta própria. Nesse caso, o indivíduo deve deixar claro que suas manifestações político-partidárias são de caráter pessoal, preservando a imparcialidade do MBM.

Parágrafo 2º. Caso qualquer colaborador ou parceiro do MBM participe de um processo eleitoral para um cargo público, deverá se afastar de suas funções no MBM durante o período da campanha e exercício do cargo público.

Seção VI – Da Confidencialidade

Artigo 14. Os colaboradores e parceiros devem tratar como confidenciais todas as informações, materiais, processos, marcas, segredos comerciais, segredos industriais, dados, inovações ou melhorias, que tenham sido indicados como confidenciais pelo MBM. É proibido divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou compartilhar essas informações com terceiros sem autorização prévia e por escrito da Diretoria Executiva do MBM. Em qualquer situação, é vedado aos colaboradores e parceiros usarem essas informações confidenciais para benefício próprio ou de terceiros.

Parágrafo único. O compromisso de confidencialidade será mantido mesmo após o término de seu vínculo com o MBM.

Capítulo IV - Conflito de Interesses e Partes Relacionadas

Artigo 15. É proibido aos colaboradores e parceiros se envolverem em atividades que caracterizem conflito de interesses com o MBM e que possam causar prejuízos de qualquer natureza à instituição, especialmente financeiros e/ou reputacionais.

Parágrafo 1º. Conflito de interesses, real ou aparente, se dá quando um colaborador ou parceiro toma decisões influenciado por interesses pessoais, resultando em benefícios próprios ou para pessoas e instituições com quem tenha vínculos familiares, afetivos, comerciais ou outros.

Parágrafo 2º. Também há conflito de interesses quando um colaborador ou parceiro está envolvido com uma instituição ligada ao MBM e esse envolvimento pode resultar em lealdade dividida no contexto da tomada de decisão.

Parágrafo 3º. A gestão dos conflitos de interesse deve ser baseada na imparcialidade, equidade e transparência; e na participação ou não na tomada de decisão dos casos em que o conflito de interesses esteja presente.

Parágrafo 4º. Diretrizes mais detalhadas sobre a gestão de conflitos de interesse podem ser objeto de política interna específica, a ser aprovada pelo Conselho de Administração, se necessário.

Artigo 16. Os colaboradores e parceiros se comprometem a divulgar qualquer interesse pessoal, familiar, afetivo, comercial ou outro, que possa, aos olhos de qualquer pessoa, influenciar suas atividades no MBM ou a tomada de decisão.

Artigo 17. O colaborador ou parceiro em situação de conflito de interesse, real ou aparente, deve comunicar à Diretoria Executiva ou ao Conselho de Administração do MBM, para que a situação seja verificada e, se necessário, sejam tomadas as medidas adequadas.

Parágrafo único. A comunicação do conflito de interesse deve ser feita de forma confidencial pelo Canal de Conduta do MBM.

Artigo 18. Se for identificado um conflito de interesse, o colaborador envolvido deve se abster de participar das discussões e deliberações relacionadas, salvo exceções previamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 19. Colaboradores que exerçam outra atividade profissional ou participem de conselhos em outras empresas ou instituições, devem declarar essas funções ao MBM antes da contratação ou posse do cargo e devem sempre priorizar as atividades como colaboradores do MBM.

Artigo 20. Os colaboradores do MBM responsáveis por contratações, definição de salários, promoções e benefícios devem basear suas decisões na competência dos candidatos e não em favoritismos pessoais ou relações de parentesco ou amizade.

Artigo 21. Os colaboradores responsáveis pela contratação de insumos ou serviços devem evitar qualquer tipo de interferência ou direcionamento que comprometa a imparcialidade, concorrência e objetividade da contratação, incluindo a proibição de recebimento de presentes ou outros benefícios.

Artigo 22. Nas atividades realizadas pelos colaboradores do MBM em benefício de clientes, apoiadores e/ou parceiros, devem prevalecer os objetivos coletivos do MBM sobre interesses pessoais ou profissionais.

Parágrafo único. As decisões negociais tomadas pelos colaboradores do MBM devem ser imparciais, equitativas e transparentes, alinhadas com os objetivos e interesses do MBM e isentas de influências pessoais, comerciais ou de qualquer outra natureza.

Artigo 23. Oferecer ou aceitar brindes, presentes, hospitalidades ou outras vantagens (“Presentes”) de organizações sociais apoiadas ou não, apoiadores, parceiros e/ou potenciais parceiros é aceitável desde que a prática esteja alinhada às normas brasileiras e ao presente Código.

Parágrafo 1º. Ao oferecer ou aceitar Presentes o colaborador ou parceiro deverá levar em consideração: (i) se a intenção de oferecer ou receber é de influenciar o destinatário a tomar alguma decisão profissional; (ii) se se trata de algo extravagante ou inapropriado, que possa comprometer sua integridade ou a imparcialidade; e (iii) se pode causar algum constrangimento para seu gestor, colega ou parte relacionada que venha a tomar conhecimento sobre a prática.

Parágrafo 2º. Deve ser considerado como o extravagante ou inapropriado qualquer presente pessoal com valor de mercado acima de R\$ 250,00, por exemplo, computador, roupa de grife, convite para show, hospedagem ou passagem aérea. Nesse caso, o recebimento ou entrega deverá ser previamente aprovado pelo Conselho de Conduta.

Artigo 24. Na hipótese de solicitação de recomendação de prestadores de serviço ou fornecedores de produto por parceiros, beneficiários ou clientes do MBM, os

colaboradores podem indicar partes relacionadas, desde que a indicação atenda aos interesses do solicitante e seja feita de modo imparcial e transparente.

Parágrafo Único. Sempre que possível, devem ser evitadas indicações de apenas um prestador de serviço ou fornecedor, promovendo a livre concorrência.

Capítulo V – Aplicação e Monitoramento do Código

Artigo 25. Este código será amplamente divulgado entre todos os colaboradores, parceiros e demais partes interessadas, garantindo seu entendimento e adesão e serão realizadas capacitações periódicas para reforçar os princípios e normas estabelecidos neste código.

Artigo 26. A conformidade com o Código, Estatuto Social, Regimento Interno e da legislação será monitorada regularmente, pelo Comitê de Conduta do MBM a ser eleito pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. O Comitê de Conduta será composto por no mínimo dois membros, que serão eleitos para ocupar o cargo por tempo indeterminado.

Artigo 27. Em caso de suspeita de descumprimento das políticas deste Código ou da legislação aplicável, os colaboradores do MBM ou terceiros deverão formular denúncias no Canal de Conduta, acessível pelo link: <https://forms.gle/CpPXTxmcuxZ1NKMP6>, as quais serão tratadas com discrição e sigilo, garantindo-se o anonimato.

Parágrafo Único. As denúncias serão apuradas pelo Comitê de Conduta, que, se entender necessário, realizará uma investigação interna que deverá apresentar ao Conselho de Administração a denúncia e a recomendação de conduta e sanções aplicáveis ao caso.

Artigo 28. O MBM não tolerará qualquer tipo de perseguição, ameaça ou retaliação contra parceiro ou colaborador que utilize do canal de conduta para denunciar a desconformidade ou descumprimento das normas do MBM.